

Fronteiras e passagens entre cotidianos na vida e na escola

Estava-se no 2º Salão de Leitura de Niterói onde aconteciam painéis paralelos à mostra de livros exibidos pelas editoras. Do lugar privilegiado que me coube como integrante do painel que discutiria *Leitura, conhecimento e aprendizagem*, corri o olhar pela platéia. Vi estudantes com o uniforme de cursos de formação de professores a nível de 2º grau, reconheci ex-alunas do curso de Pedagogia da UFF e perfis típicos de professoras.

Eis que, de repente, entrou no teatro quase repleto alguém que contrastava com esse público vário, mas identificado com a cultura letrada. Tratava-se de uma mulher idosa, humildemente vestida. Com muito cuidado para não molestar ninguém, dirigiu-se ao lugar vago no extremo da primeira fila e acompanhou as falas do painel atentamente. Podia ler em seu rosto um esforço visível para acompanhar o que era dito: o cenho se contraía, o olhar se inquietava, vez ou outra fazia um assentimento de cabeça.

Finalmente, ao término da terceira fala, a palavra foi passada aos presentes para comentários e perguntas. As primeiras intervenções vieram de lugares muito próximos daqueles de onde falaram as três palestrantes. Eis que aquela senhora levantou timidamente a mão e pressenti que sua fala poderia fazer diferença. Transcrevo sua palavra forte:

Eu sou uma velha ignorante e entendi muito pouco o que as professoras que sabem muitas coisas falaram. Mas, tenho que dizer o que eu vou dizer. Eu vim aqui, por causa de meu neto. No meu tempo de escola, aprendi umas poucas letras, umas contas e fui tocar a vida. Não tinha cabeça pra estudo. Depois aconteceu igualzinho com tudo que é filho meu. Mas meu neto eu quero ver se salva. Eu sei que a escola não reprova mais. Mas se ele num aprende, como vai ser? O que é que "tá" errado: é com meu neto, é com a escola? Quem pode me explicar dum jeito que eu posso entender: o que é preciso fazer pro meu neto aprender a ler e escrever de verdade?

Como resgatar a vitalidade daquele ato potente de linguagem? Um ato tão fortemente responsivo quanto responsável, tão ético quanto consciente, tão político quanto pedagógico. Aquela avó tinha o que dizer, sabia o que dizer e a quem dizer. Sua fala provocou um silêncio incômodo, uma tensão quase palpável. Responder era preciso e muitas palavras foram lançadas, anunciando possibilidades. O que levei comigo, porém, foi a potência daquele ato responsivo, daquela intervenção responsável em relação ao outro: *o que fazer pro meu neto aprender a ler e escrever de verdade?*

Com a ajuda de Bakhtin leio o discurso bivocal daquela avó, no que parecia afirmar como já dado, inclusive sua "ignorância", mas também no que contrapunha a esse discurso uma avaliação outra que afirmava o direito de ouvir outras palavras: mais claras, mais compreensíveis, mais efectivas. Humilde embora, seu discurso manifestava a ousadia de reclamar a parte que cabe ao neto na partilha dos bens culturais.

A inteireza do que moveu a enunciação daquela avó produziu um enunciado polifônico capaz de incomodar, denunciar e até anunciar. Como não pensar com Boaventura que as palavras legitimadas expressaram *idéias fortes* mas *respostas fracas* ao desafio de uma escola que mude a vida? Como não perceber que o nosso discurso verborrágico se torna hermético ao não falar uma língua que o povo entenda? Como encurtar a distância entre a vida e a escola e ajudar as crianças a aprenderem?

Com a ajuda de Paulo Freire releio aquela fala como acontecimento que resgata o vigor contido na palavra **ato**. Freire diferencia ato e atividade, pois, diversamente do animal *que não é senão a atividade que realiza*, o ser humano é capaz de exercer um ato de reflexão não só sobre si mesmo, mas sobre sua atividade. Em diálogo com Freire e Lacan, considero com este que o ato inaugura uma intervenção que permite a um sujeito *se reencontrar radicalmente transformado em relação ao que era antes daquele ato*. E, sobretudo, atos chamam novos atos: de pensar o fazer, de refletir sobre o realizado e conhecer, de imaginar o ainda não existente e criar a partir do apreendido.

O que nos ocupa de forma displicente, sem capturar a atenção, sem se tomar significativo, não alcança a dimensão de atos dialógicos em que se implicam emoção e razão. Os efetivos atos da comunicação operam na relação, implicando respostas como aconteceu no momento em que aquela avó defendia o direito de seu neto a aprender a ler de verdade. Sua palavra nos obriga a indagar se, na maior parte do tempo na escola, há efectivamente atos de comunicação, atos dialógicos, ou se prevalecem *comunicados transformados em conteúdos estáticos*, como denunciou Freire. Se um sujeito *deposita conteúdos petrificados* nos outros, estes são *impedidos de pensar de forma correta*. Ou seja, os que são considerados passivos, de algum modo, não se autorizam a refletir.

Tampouco a alfabetização pode se dar como resultado da simples transmissão de um código, descolado da cultura letrada. Falta as atividades das cartilhas a inteireza de atos significativos plenos do sentido de ler e escrever, não como atividades que definem quem subordina e coloniza o outro, mas como passagens que este outro descobre para um mundo sem fronteiras no qual possa se afirmar.